

Lei nº 1.164/01

Dispões sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2002, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Morada Nova, no uso de suas atribuições legais, nas formas da Legislação em vigor, promulga o seguinte Projeto de Lei.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º – A Lei Orçamentária para o exercício de 2002 será elaborada de acordo com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, no que for a ela pertinente, e da Lei Complementar N.º 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo Único – A execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2002 obedecerá ao princípio da transparência da gestão fiscal e do equilíbrio, permitindo amplo acesso da sociedade, a todas as informações relativas à programação para controle dos resultados dos programas estabelecidos.

Art. 2º – São fixadas as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2002, compreendendo:

- I – das prioridades da administração Municipal;
- II – da organização e estrutura dos orçamentos;
- III – das diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV – da receita pública;
- V – das disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI – das disposições finais.

Art. 3º – É parte integrante desta lei, o ANEXO DE METAS FISCAIS, onde estão estabelecidas as metas anuais, em valores e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública para o exercício 2002 e os dois seguintes:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Av. Manoel Castro, 726 - CEP 62940-000 - Morada Nova-CE - Telefax: (0xx88) 422.2044
CNPJ 07.782.840/0001-00 - CGF 06.920.171-4

§ 1º - O anexo de metas fiscais conterá, ainda:

- I. Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- II. Demonstrativo das metas anuais, instruídos com memória e metodologia de cálculo dos resultados pretendidos, comparando-os com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- III. Evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- IV. Avaliação da situação financeira e atuarial;
- V. Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem das despesas obrigatórias de caráter continuado;

§ 2º - O Anexo de Metas Fiscal parte integrante desta lei, segue o mesmo modelo do anexo I da Instrução Normativa do TCM nº 03, de 11 de dezembro de 2001.

§ 3º - As metas fiscais para o ano de 2002, serão as mesmas definidas no plano plurianual para o quadriênio 2002-2005.

Art. 4º - Faz parte desta lei o Anexo de Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 5º - De conformidade com o art. 165, § 2º da Constituição, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2002, são as definidas no ANEXO METAS FISCAIS parte integrante desta lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2002, não se constituindo em limite à programação de novas despesas, a serem definidas na Lei Orçamentária Anual.

§ 1º - As prioridades previstas no ANEXO DE METAS FISCAIS não contempladas no plano plurianual serão reajustadas por ocasião da Lei Orçamentária Anual, mediante a inclusão dos novos investimentos ao PPA, os quais farão parte deste.

§ 2º - A lei orçamentária não consignará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro, desde que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Av. Manoel Castro, 726 - CEP 62940-000 - Morada Nova-CE - Telefax: (0xx88) 422.2044
CNPJ 07.782.840/0001-00 - CGF 06.920.171-4



CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º - para efeito desta lei, entende-se por:

- I. Programa, o instrumento de organização da atuação governamental visando à realização dos objetivos pretendidos, sendo definido por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II. Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de maneira contínua e permanente, resultando em um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III. Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resultam um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental, e
- IV. Operações especiais, um instrumento de realização das ações que agregam despesas às quais não se pode associar, no período, a geração de um bem e serviço e que podem ser permanentes ou contínuas, e compõem a função específica denominada "Encargos Especiais".

Parágrafo único – cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 7º - A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, no prazo previsto no art. 42, § 5º da Constituição Estadual, será composta de:

- I. texto da lei;
- II. quadros orçamentários consolidados;
- III. anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- IV. discriminação da legislação da receita referente aos orçamentos fiscais e da seguridade social;

Parágrafo único – Integrarão os anexos a que se refere este artigo, os exigidos pela Lei nº 4.320, de março de 1964.

Art. 8º – Para fins do disposto no Artigo anterior, o Poder Legislativo Municipal encaminhará ao Poder Executivo Municipal, até 30 de setembro de 2001, sua respectiva proposta orçamentária, observado os parâmetros e diretrizes

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Av. Manoel Castro, 726 - CEP 62940-000 - Morada Nova-CE - Telefax: (0xx88) 422.2044
CNPJ 07.782.840/0001-00 - CGF 06.920.171-4

estabelecidas nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária anual.

Parágrafo único – Na elaboração de sua proposta orçamentária, a Câmara Municipal mencionada no “caput” deste artigo fixará suas despesas globais na forma do preceituado pela Emenda Constitucional N.º 25/99.

Art. 9º – Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão as despesas por unidade orçamentária, segundo a classificação funcional definida pela Portaria nº 42, de 19 de abril de 1999, emitida pelo Ministério de Orçamento e Gestão – MOG, e detalhada por elemento econômico de despesa previsto nas Portarias SOF nºs: 02, de 22 de julho de 1994, e nº 05, de 20 de maio de 1999.

§ 1º - a classificação econômica da despesa definida no *caput* deste artigo, será discriminada por unidade orçamentária, detalhada por categorias econômicas, até o nível de elemento de despesa, com suas respectivas dotação, distinguindo a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação e indicando a fonte de recursos, de acordo com as seguintes categorias econômicas:

- I. Pessoal e encargos sociais;
- II. Juros e encargos da dívida interna;
- III. Outras despesas correntes;
- IV. Investimentos;
- V. Inversões financeiras; e
- VI. Amortização da dívida interna.

§ 2º - No projeto de Lei do Orçamento Anual será atribuído a cada projeto e atividade, para fins de processamento, um código seqüencial que constará da Lei Orçamentária Anual.

Art. 10 – A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

- I. Às ações descentralizadas de saúde, assistência social e Educação;
- II. Atendimento de ações de alimentação escolar; e
- III. Ao pagamento de precatórios judiciais.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DOS
ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 – As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em atividades específicas, nas programações a cargo das Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 12 – As receitas abrangerão a receita tributária, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, nos termos da Constituição Federal.

Parágrafo único – As receitas serão projetadas tomando por base de cálculo os valores médios arrecadados no exercício de 2001, até o mês anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, atualizadas monetariamente até dezembro de 2001.

Art. 13 – Para fins do equilíbrio orçamentário previsto no art. 4º, inciso I, alínea “a” da Lei Complementar Nº 101/2000, as despesas serão fixadas em valor igual ao da receita prevista e distribuídas segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias, destinando parcela, às despesas de capital.

Art. 14 – É vedada a inclusão, na lei orçamentária anual, de dotações a título de “subvenções sociais”, *ressalvadas aquelas destinadas a entidades públicas e privadas, que preencham uma das seguintes condições:*

- I. sejam de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, à saúde, ou à educação;
- II. sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

Art. 15 – É vedada a inclusão de dotações na lei orçamentária, a título de “auxílios” para entidades privadas, *ressalvadas as que sejam:*

- I. de atendimento direto ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativa da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;
- II. voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto ao público;

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Av. Manoel Castro, 726 - CEP 62940-000 - Morada Nova-CE - Telefax: (0xx88) 422.2044
CNPJ 07.782.840/0001-00 - CGF 06.920.171-4



Art. 16 – Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar as dotações orçamentárias de atividades e projetos, até o 70% (setenta por cento) do total da Receita Prevista para o exercício de 2002, utilizando-se como fonte de recursos, os definidos no parágrafo 1º, Art. 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 1º - A suplementação prevista no *caput* deste artigo destina-se a cobrir insuficiência de saldo de projetos, atividades e/ou operações especiais que necessitem de reforço orçamentário.

§ 2º - A suplementação orçamentária através do recurso previsto no inciso II, § 1º, art. 43 da Lei 4.320 / 64, poderá ser realizada até o total do montante do excesso de arrecadação apurado, devendo ser comprovado mediante cálculos que deverão acompanhar o Decreto de abertura do referido crédito adicional.

Art. 17 – Na programação de Investimentos da administração municipal, serão observadas as seguintes regras:

- I – os projetos em fase de execução terão prioridades sobre os novos projetos salvo, pelo relevante interesse público;
- II – não poderão ser programados novos projetos que não constem nesta lei e no plano plurianual.

Art. 18 – As receitas próprias do Município, somente poderão ser programadas para atender despesas de Investimentos e Inversões financeiras depois de atender integralmente suas necessidades de custeio administrativo e operacional, inclusive pagamento de pessoal e encargos sociais, bem como pagamento de juros, encargos e amortização de dívida.

Art. 19 – O Orçamento Anual obedecerá a Estrutura Organizacional existente da Prefeitura, compreendendo seus fundos, órgãos e entidades das administrações direta e indireta.

Art. 20 – Será destinada não menos de 60% (sessenta por cento) dos recursos a que se refere o parágrafo 1º., artigo 5º da Emenda Constitucional Nº 14, de 12 de setembro de 1996 à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Art. 21 – Quando a rede oficial de ensino fundamental e médio for insuficiente para atender à demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudo para o atendimento suplementar pela rede particular local, ou da localidade mais próxima.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Av. Manoel Castro, 726 - CEP 62940-000 - Morada Nova-CE - Telefax: (0xx88) 422.2044
CNPJ 07.782.840/0001-00 - CGF 06.920.171-4

Art. 22 – A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a no mínimo 4% (quatro por cento) da receita corrente líquida prevista para o ano de 2002.

§ 1º - O recurso definido no *caput* deste artigo destina-se a servir de fonte compensatória na abertura de créditos adicionais, de acordo com o inciso III, § 1º, art. 43, da Lei nº 4.320 / 64.

§ 2º - A Reserva de Contingência, poderá ser utilizada também para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme disposição contidas na letra "b" do inciso III do art. 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 23 – Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

Art. 24 – É vedada a inclusão na lei orçamentária anual de crédito com finalidade indeterminada ou imprecisa.

Art. 25 – A despesa com serviços de terceiros dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, incluindo-se os seus fundos, não poderá exceder, em percentual da receita corrente líquida, a do ano de 1999, até 31 de dezembro de 2003.

SEÇÃO II DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL

Art. 26 – O Orçamento fiscal abrangerá os poderes do Município, seus Fundos, Órgãos e entidades da Administração direta e indireta, sendo observado as diretrizes específicas de que trata este capítulo.

Art. 27 – Na fixação das despesas, serão observadas as diretrizes, e objetivos constantes no ANEXO DE METAS FISCAIS parte integrante desta lei, ressalvando que o anexo abrange apenas as prioridades, não esgotando o elenco de ações desenvolvidas pelas unidades e portanto, não representando restrição àquelas não relacionadas no referido Anexo.

SEÇÃO III DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Av. Manoel Castro, 726 - CEP 62940-000 - Morada Nova-CE - Telefax: (0xx88) 422.2044
CNPJ 07.782.840/0001-00 - CGF 06.920.171-4

Art. 28 – O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, dentre outros, com os recursos provenientes:

- I. de recursos diretamente arrecadados pelas entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata esta seção;
- II. de transferência de contribuição do Município;
- III. de transferências constitucionais;
- IV. de transferência de convênio.

Art. 29 – Na fixação das despesas com a ação da expansão da seguridade social, serão observadas as diretrizes constantes no ANEXO DE METAS FISCAIS, ressalvando que estão contempladas apenas as prioridades, não representando portanto como limite, às ações não apreciadas.

CAPÍTULO IV DA RECEITA PÚBLICA

SEÇÃO I DA PREVISÃO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 30 – Na previsão da receita orçamentária, serão observados:

- I. as normas técnicas e legais;
- II. os efeitos das alterações na legislação;
- III. as variações de índices de preço;
- IV. o crescimento econômico do País.

§ 1º - As previsões de receitas serão acompanhadas de demonstrativo e sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes ao ano de 2002, e da metodologia de cálculo e metodologias utilizadas.

§ 2º - O total previsto para as receitas com operações de crédito não poderá ser superior ao total das despesas de capital fixadas na lei orçamentária Anual.

§ 3º - O Poder Executivo Municipal remeterá ao Poder Legislativo, até 30 de setembro de 2001, as estimativas das receitas para o exercício de 2002, incluindo-se a corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 31 – É vedada a aplicação de receita capital proveniente da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Av. Manoel Castro, 726 - CEP 62940-000 - Morada Nova-CE - Telefax: (0xx88) 422.2044
CNPJ 07.782.840/0001-00 - CGF 06.920.171-4



SEÇÃO II
DAS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 32 – O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal, projetos de Leis dispendo sobre as alterações da legislação tributária do município, objetivando principalmente:

- I. Ajustar a legislação tributária vigente aos novos ditames impostos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município;
- II. adequar a tributação em função das características próprias do Município e em razão das alterações que vêm sendo processadas no contexto da economia nacional;
- III. continuar o processo de modernização e simplificação do sistema tributário municipal.
- IV. atingir as metas dos resultados fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos na Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no § 3º do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

SEÇÃO III
DA RENUNCIA DE RECEITA

Art. 33 – Caso haja a necessidade de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, esta deverá ser demonstrada juntamente com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o ano 2002 e os dois seguintes.

§ 1º - As situações previstas no *caput* deste artigo para a concessão de renúncia de receita deverá atender a uma das seguintes condições:

- I. demonstração pelo Poder Executivo Municipal que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária anual, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas pelo Município;
- II. estar acompanhada de medidas de compensação no ano de 2002 e nos dois seguintes, por meio de aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos e contribuições.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Av. Manoel Castro, 726 - CEP 62940-000 - Morada Nova-CE - Telefax: (0xx88) 422.2044
CNPJ 07.782.840/0001-00 - CGF 06.920.171-4



§ 2º - A renúncia de receita prevista no parágrafo anterior compreende a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução de atributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

CAPÍTULO V **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM** **PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

Art. 34 – No exercício de 2002, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Legislativos e Executivos observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 35 – Desde que obedecido o limite fixado no caput do artigo anterior os Poderes Municipais, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar as estruturas de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração das servidores, conceder vantagens fixas e variáveis, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma disposta em lei.

Art. 36 – No Exercício de 2002, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

- I. houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e
- II. for observado o limite previsto no inciso III, art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 37 – São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de recursos orçamentários.

Art. 38 – As compras e contratação de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório, nos termos das Leis nºs 8.666 / 93 e 8.883 / 94.



Art. 39 – Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção do Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2001, fica autorizada a execução da proposta orçamentária originalmente remetida ao Poder Legislativo, em cada mês, até o limite de 1/12 do total do orçamento previsto para o exercício de 2002.

§ 1º - A utilização dos recursos autorizada neste artigo, serão considerados como antecipação de Créditos à conta da lei orçamentária anual.

§ 2º - Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento da Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo serão reajustados por Decreto do Poder Executivo Municipal, após sanção da lei orçamentária, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações orçamentárias.

Art. 40 – Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle de custos das ações e a avaliação dos resultados do programa de governo, observando ainda;

- I. a expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado não excederá, no exercício de 2002, a dez por cento da Receita Corrente Líquida apurada em 2001;
- II. todos os programas constantes da Lei Orçamentária Anual indicarão as fontes de recursos utilizáveis para sua execução.

Art. 41 – Para efeito do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal são consideradas irrelevantes as despesas cujo impacto orçamentário-financeiro não exceda o valor definido no inciso II do art. 24 da Lei Nº 8.666 / 93, vigente na sua ocorrência.

Art. 42 – Se verificado, conforme art. 9º a LRF, que a realização da receita não suportará o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, o Poder Executivo Municipal promoverá por Decreto e nos montantes necessários, limitação de empenho e movimentação financeira.


§ 1º - Quando se verificar necessária a limitação do empenho o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - não serão objeto de limitação de empenhos as despesas que representam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Av. Manoel Castro, 726 - CEP 62940-000 - Morada Nova-CE - Telefax: (0xx88) 422.2044

CNPJ 07.782.840/0001-00 - CGF 06.920.171-4



destinadas ao pagamento do serviço da dívida, incluindo-se as despesas com pessoal e encargos sociais, e outras detalhadas no decreto de contingenciamento de despesa definido no *caput* deste artigo.

§ 3º - Na limitação de empenho observar-se-á a restrição menos onerosa, em obediência ao princípio da razoabilidade.

Art. 43 – O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2002, programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º - o desembolso dos recursos financeiros, correspondente aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo Municipal, será feito até o dia 20 de cada mês, de acordo com os limites definidos na Emenda Constitucional Nº 25/2000.

§ 2º - Ficam excluídas da limitação imposta pela programação financeira e cronograma de execução mensal, disposta do *caput* deste artigo as seguintes dotações relativas aos grupos de despesas:

- I. pessoal e encargos sociais;
- II. juros e encargos da dívida, e
- III. amortização da dívida.

Art. 44 – Serão consideradas legais as despesas com multas, juros e outros acréscimos decorrentes de eventual atraso no pagamento de compromissos por insuficiência de caixa e/ou necessidade de priorização do pagamento de despesas consideradas imprescindíveis ao pleno funcionamento das atividades e execução dos projetos da administração municipal.

Art. 45 – O Poder Executivo Municipal fica autorizado a celebrar convênios, ajustes e acordos com a União e Estado, através de seus órgãos da administração direta e indireta para custeio de serviços de competência do Município e de outras entes da Federação, conforme art. 62 da Lei Complementar Nº 101/2000, bem como contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação.

Art. 46 – Os Poderes Executivo e Legislativo ficam autorizados a firmar convênios de cooperação técnica com entidades privadas voltadas para a defesa do municipalismo e da preservação da autonomia municipal, podendo repassar auxílios financeiros para as mesmas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Av. Manoel Castro, 726 - CEP 62940-000 - Morada Nova-CE - Telefax: (0xx88) 422.2044
CNPJ 07.782.840/0001-00 - CGF 06.920.171-4

Art. 47 – As despesas relativa a doações autorizadas por Lei específica, não excederá, em percentual da receita corrente líquida, a realizada no exercício de 2002.

Art. 48 – O Município publicará em meios eletrônicos de acesso público a lei orçamentária anual, o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal.

Art. 49 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 50 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Morada Nova, data de 25 Junho de 2001.


FRANCISCO CAVALCANTE JÚNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Av. Manoel Castro, 726 - CEP 62940-000 - Morada Nova-CE - Telefax: (0xx88) 422.2044
CNPJ 07.782.840/0001-00 - CGF 06.920.171-4

Ente: MUNICÍPIO DE MORADA NOVA

Anexo de Metas Fiscais

Resultados, Dívida, Patrimônio, Renúncia de Receita e Despesa Obrigatória (LC 101/00 pará. 1º e pará. 2º inciso II e V do artigo 4º)
Consolida todos os Poderes e Órgãos municipais

Valores em R\$ mil

Exercícios	3º Exercício Anterior	2º Exercício Anterior	1º Exercício Anterior	Exercício Atual	1º Exercício Seguinte	2º Exercício Seguinte	3º Exercício Seguinte
Resultado Nominal (A - B)	(1.398)		1.086	1.135	1.186	1.240	1.295
Receita Total (A)	16.712		17.584	18.375	19.201	20.065	20.967
Despesa Total Empenhada (B)	18.110		16.498	17.240	18.015	18.825	19.672
Resultado Primário	880		2.175	2.272	2.374	2.480	2.591
Dívida Consolidada							

Patrimônio Líquido

Detalhar abaixo a origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos:

ANEXO DE METAS FISCAIS – LDO E 2001

ANEXO 1 – Evolução da receita e metas para 2001 / 2003

Especificação	1998	1999	Programada 2000	Meta para 2001	Meta para 2002	Meta para 2003
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	14.609.425,17	16.712.017,74	17.464.058,54	18.249.941,17	19.071.118,85	19.929.322,33
RECEITA TRIBUTÁRIA	323.008,73	323.805,63	338.373,88	353.600,69	369.512,71	386.140,77
Impostos	308.456,66	306.897,13	320.707,50	335.139,33	350.220,59	365.980,51
(-) margem para concessão de renúncia de receita						
Taxas	14.552,07	16.908,50	17.666,38	18.461,36	19.292,12	20.160,26
RECEITA PATRIMONIAL	703,43	7.769,63	8.119,26	8.484,62	8.866,42	9.265,40
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.376.337,20	15.275.100,20	15.962.479,71	16.680.791,30	17.431.426,91	18.215.841,12
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.821,46	121.278,88	126.736,42	132.439,55	138.399,33	144.627,29

Nota: As metas para 2001 estão distribuídas por quadrimestre no anexo 4.

ANEXO DE METAS FISCAIS – LDO E 2001

ANEXO 1.1 – Principais variações da receita no período 2001/2001

Especificação	Programada 2000	Meta para 2001	Variação (R\$)	%	Valores em R\$ 1,00	
					Justificativa da variação	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	17.464.058,54	18.249.941,17	785.882,63	4,50	Média Anual da Taxa de Inflação	
RECEITA TRIBUTÁRIA	338.373,88	353.600,69	15.226,81	4,50	Média Anual da Taxa de Inflação	
Impostos	320.707,50	335.139,33	14.431,83	4,50	Média Anual da Taxa de Inflação	
Taxas	16.908,50	17.666,38	757,88	4,50	Média Anual da Taxa de Inflação	
RECEITA PATRIMONIAL	7.769,63	8.119,26	349,63	4,50	Média Anual da Taxa de Inflação	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.275.100,20	15.962.479,71	687.379,51	4,50	Média Anual da Taxa de Inflação	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	121.278,88	126.736,42	5.457,54	4,50	Média Anual da Taxa de Inflação	

Nota: Demonstrar e justificar apenas as variações mais significativas.



ANEXO DE METAS FISCAIS – LDO E 2001

ANEXO 2 – Evolução da despesa e metas para 2001/2003 Por categoria económica

Especificação	1999	Programada 2000	Meta para 2001	Meta para 2002	Meta para 2003	Valores em R\$ 1,00
DESPESA TOTAL	18.110.605,39	18.925.582,62	19.777.233,81	20.667.720,31	21.597.233,71	
DESPESAS CORRENTES	15.417.865,85	16.111.669,81	16.836.694,94	17.594.346,20	18.386.091,77	
Pessoal e encargos sociais	12.401.809,91	12.959.891,36	13.543.086,47	14.152.525,36	14.789.389,00	
Transferência Corrente	672.922,89	703.204,42	734.848,61	767.916,79	802.473,04	
Outras despesas correntes	2.343.133,05	2.448.574,03	2.558.759,86	2.673.904,05	2.794.229,73	
Margem p/expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado						
DESPESA DE CAPITAL	2.692.739,54	2.813.912,81	2.940.538,87	3.072.863,11	3.211.141,94	
Investimentos	2.654.389,54	2.773.837,06	2.898.659,72	3.029.099,40	3.165.408,87	
Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de Capital	38.350,00	40.075,75	41.879,15	43.763,71	45.733,07	



ANEXO DE METAS FISCAIS – LDO E 2001

ANEXO 2.1 – Principais variações da despesa no período 2000/2001

Especificação	Programada 2000	Meta para 2001	Variação (R\$)	%	Justificativa da variação
DESPA TOTAL	18.925.582,62	19.777.233,81	851.651,19	4,50	Média da Taxa de Inflação
DESPAS CORRENTES	16.111.669,81	16.836.694,94	725.025,13	4,50	Média da Taxa de Inflação
Pessoal e encargos sociais	12.959.891,36	13.543.086,47	583.195,11	4,50	Média da Taxa de Inflação
Transferência correntes	703.204,42	734.848,61	31.644,19	4,50	Média da Taxa de Inflação
Outras despesas correntes	2.448.574,03	2.558.759,86	110.185,83	4,50	Média da Taxa de Inflação
Margem p/expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado					
DESPA DE CAPITAL	2.813.912,81	2.940.538,87	126.626,06	4,50	Média da Taxa de Inflação
Investimentos	2.773.837,06	2.898.659,72	124.822,66	4,50	Média da Taxa de Inflação
Amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	4,50	Média da Taxa de Inflação
Outras despesas de Capital	40.075,75	41.879,15	1.803,40	4,50	Média da Taxa de Inflação

Valores em R\$ 1,00

Obs: Demonstrar e justificar apenas as variações mais significativas.



ANEXO DE METAS FISCAIS – LDO E 2001

ANEXO 4 – Metas relativas ao resultado primário e nominal do Município para o ano 2001/2003

Especificação	Situação em 1999	Programada Para 2000	Mate para 2001	Meta para 2002	Meta para 2003
Resultado primário	880	919	960	1.003	1.048
Resultado nominal	830	867	906	946	988

ANEXO DE METAS FISCAIS – LDO E 2001

ANEXO 5 – Metas relativas ao montante da dívida do município Para o Período 2001/2003

Especificação	Situação em Dezembro de 1999	Programada para final de 2000	Mate para Final de 2001	Meta para Final de 2002	Meta para Final de 2003
Passivo Financeiro total	5.303.306,35	5.541.955,13	5.791.343,11	6.051.953,55	6.324.291,46
Dívida fundada interna total	490.240,00	512.300,80	535.354,33	559.445,27	584.620,30